



Idéias perigosas

O Globo/RJ

30 de abril de 2008

A importância do ensino técnico, na atual conjuntura brasileira, não precisa ser enfatizada. Por todo lado, há falta de mão-de-obra qualificada. E o ensino técnico é necessário para que a universidade não seja o único desaguadouro do nosso sistema educacional.

Interessado nessa questão, o Ministério da Educação elabora propostas de carrear para o ensino técnico mais verbas do chamado Sistema S - conjunto dos serviços sociais e de aprendizagem ligados a confederações setoriais.

Entende-se a preocupação do governo; mas há um dado ameaçador na proposta: a possibilidade de que o poder público passe a fazer a distribuição de recursos e a avaliar os resultados das escolas do Sistema S.

A idéia embute um perigoso vício estatizante e burocratizante. O ministro Fernando Haddad parece querer fazer do poder público o responsável pela avaliação do ensino profissional oferecido pelos programas do Sistema S. Como diz um especialista no assunto, José Pastore, a burocracia governamental não dispõe de ferramentas para reconhecer com presteza a evolução tecnológica dos vários setores da economia - o que seria necessário para que se fizesse uma avaliação correta das necessidades de cada área.

Intervir no que funciona é um risco que não se devia correr

O Sistema S, obviamente, sempre pode ser aperfeiçoado. Mas sua folha de serviços é enorme, e tira partido de um fato incontestável: hoje, quem avalia esses resultados são as próprias empresas que empregam os egressos dos cursos profissionalizantes.

Como são elas que sustentam o Sistema S, sua eventual insatisfação é rapidamente transmitida às escolas, e é assim que se faz as necessárias correções de rumo.

Sendo este um sistema que funciona, uma simples visita às suas instalações mostra um quadro comportamental que não é muito comum na sociedade brasileira: boa conservação das escolas, limpeza, ordem, apreço pelo que se está fazendo. Justamente porque funciona, é um ambiente não corrompido pela síndrome do grevismo e do assembleísmo. Num tal quadro, os riscos de uma "intervenção" governamental são tão óbvios que deveriam instilar prudência aos nossos ousados estrategistas. Intervir no que funciona é um risco que não se devia correr